

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho*

<https://orcid.org/0000-0003-2044-7734>

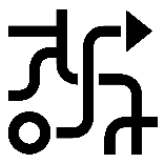
RESUMO: Os cemitérios são fruto de uma nova concepção sobre a morte desenvolvida entre fins do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Pode-se dizer que até meados do século XIX vivos e mortos conviviam de forma harmônica, confraternizando-se nos mesmos espaços, já que era costume que as pessoas fossem enterradas no interior ou ao redor das igrejas. Mudanças nas concepções de morte e higiene se tornaram fatores que provocaram a expulsão dos mortos para os cemitérios extramuros. Essa nova visão sobre a morte se espalhará por todo o Ocidente, ganhando força no Brasil por volta de 1850, período marcado por epidemias devastadoras. No presente trabalho, buscou-se analisar a produção historiográfica sobre os cemitérios brasileiros, bem como fazer reflexões sobre a historiografia dos cemitérios amazonenses, em especial os de Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Cemitérios; História; Historiografia.

ABSTRACT: Cemeteries are the result of a new conception of death developed between the end of the 18th century and the second half of the 19th century. It can be said that until the middle of the 19th century, the living and the dead coexisted harmoniously, fraternizing in the same spaces, since it was customary for people to be buried inside or around churches. Changes in the conceptions of death and hygiene became factors that provoked the expulsion of the dead to extramural cemeteries. This new vision of death spread throughout the West, gaining strength in Brazil around 1850, a period marked by devastating epidemics. In the present work, we sought to analyze the historiographical production on Brazilian cemeteries, as well as reflect on the historiography of Amazonian cemeteries, especially those in Manaus.

KEYWORDS: Cemeteries; History; Historiography.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde atualmente cursa o mestrado na mesma área sob orientação da Profa. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa, desenvolvendo pesquisa sobre arte e sociedade nos cemitérios de Manaus entre os séculos XIX e XX.



INTRODUÇÃO

Os cemitérios são fruto de uma nova concepção sobre a morte desenvolvida entre fins do século XVIII e a segunda metade do século XIX. Até meados do século XIX as pessoas eram enterradas dentro ou ao redor das igrejas. A prática de enterrar pessoas no interior das igrejas ou ao redor destas era milenar, verificada desde a Antiguidade, conforme estudos do historiador francês Philippe Ariès (1989). Ele explica que na Antiguidade os mortos eram enterrados em cemitérios fora das cidades, lhes sendo prestado culto para que estes não perturbassem os vivos. Já no período da Antiguidade tardia, os cristãos passaram a querer ser enterrados próximos aos mártires (também enterrados fora da cidade), pessoas que passariam a ser veneradas no Catolicismo, pois assim estariam mais próximos de Cristo e do Paraíso. Para estes foram erguidas igrejas, as quais recebiam, além de seus restos mortais, os de seus seguidores. Em pouco tempo, os subúrbios, com suas igrejas e seus mortos, foram integradas ao restante das cidades, desaparecendo esse interdito.

Os enterros eclesiásticos vinham sendo combatidos na Europa desde o século XVIII por médicos sanitaristas temerosos pelas doenças que poderiam ser ocasionadas pelo acúmulo de cadáveres nesses templos, em sua maioria localizados nas áreas urbanas. Essa transição não ocorreu de imediato após a publicação de leis e decretos. Os cemitérios extramuros demoraram a ser construídos. Diferentes camadas da sociedade apresentaram descontentamento e resistência contra esses espaços. A historiadora portuguesa Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira registra que esse processo, em Portugal, ocorreu de forma tardia com os legisladores e autoridades sanitárias enfrentando manifestações de populares e confrarias religiosas que criticavam tanto os impostos municipais para a manutenção dos cemitérios quanto o fim dos enterros tradicionais. Abandono de cadáveres nas ruas, enterros ilegais nas igrejas e revoltas eram algumas das formas de resistência oferecidas (FERREIRA, 1996, p. 19-35).

No Brasil, as primeiras medidas em relação aos enterros no interior das igrejas e à construção de cemitérios públicos surgiram no início do século XIX. Em 14 de janeiro de 1801, o Príncipe Regente de Portugal, Dom João VI, emitiu uma Carta Régia que proibia os enterros nos templos católicos dos domínios ultramarinos portugueses, autorizando a construção de cemitérios públicos fora das cidades. Nesse documento, o monarca expressa seu conhecimento sobre as discussões que vinham ocorrendo no continente, destacando os malefícios desse tipo de inumação:

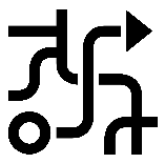
Tendo chegado a Minha Real Presença muito attendivel Representação sobre os damnos, a que está posta a Saude Publica, por se enterrarem os Cadaveres nas Igrejas que ficão dentro das Cidades populozas dos Meus Dominios Ultramarinos; visto que os vapores, que de si exhalão os mesmos Cadaveres, impregnando a Atmosphera, vem a ser a cauza, de que os Vivos respirem Hum Ar corrupto, e inficionado; e que por isso estejam sugeitos, e muitas vezes padeção molestias epidemicas, e perigozas (CARTA RÉGIA, 14/01/1801, p. 01).

Essa determinação não alterou a prática em terras brasileiras. Passados 27 anos, em 1828, o filho de Dom João VI, o Imperador Dom Pedro I, através da Lei Imperial de 01º de Outubro, estabeleceu que, a partir daquele momento, os enterros nas igrejas seriam proibidos, pois só assim a salubridade pública seria garantida (LEI IMPERIAL DE 01º DE OUTUBRO DE 1828, ART. 66, § 2.º).

Em 1836, em Salvador - BA, a população se rebelou contra a proibição dos enterros nas igrejas e seus arredores ao destruir o Cemitério do Campo Santo que fora construído para receber os sepultamentos da capital baiana. A população livre e os escravos lutavam pelo direito de manter o contato com o sagrado, enquanto as irmandades religiosas, além das implicações espirituais, preocupavam-se com a perda de uma de suas principais fontes de renda para uma empresa privada.

Apesar dessas proibições, os enterros nas Igrejas e terrenos contíguos continuaram por mais algumas décadas nas vilas e cidades sob forte protesto dos médicos sanitaristas. A mudança viria a partir da segunda metade do século XIX quando o Império foi atingido, de Norte a Sul, por graves epidemias de Cólera Morbo e Febre Amarela. De acordo com o historiador Luiz Antonio de Castro Santos, o cólera vitimou cerca de 200 mil pessoas entre 1855-1856 (CASTRO SANTOS, 1994, p. 88). A febre amarela, apenas no Rio de Janeiro, entre 1849 e 1850, segundo estimativas da época levantadas em estudo da historiadora Claudia Rodrigues, foi responsável pela morte de 4.160 pessoas (RODRIGUES, 1999, p. 59).

Dessa forma, o grande número de vítimas, a falta de locais adequados para os enterros e o medo do contágio contribuíram para o surgimento dos cemitérios públicos e a proibição definitiva dos enterros nas igrejas. Em 1850 inaugurava-se em Belém-PA, o Cemitério da Soledade. Dois anos depois, em 1852, é inaugurado o Cemitério de São João Batista-RJ. Em 1858, o da Consolação-SP. O Cemitério de São José, em Manaus, foi concluído em 1859, mas já recebia enterros desde 1856 quando foi aberto.



Esses cemitérios foram sendo ampliados, embelezados ou demolidos ao longo do século XIX e início do século XX para dar lugar a necrópoles modernas. O novo cemitério de Manaus, o São João Batista, foi inaugurado em 1891. O antigo Cemitério de São José foi desativado nesse mesmo ano. Em 1893, em Mensagem do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, sua destruição era idealizada pela Inspetoria de Higiene Pública do Estado:

Ha em um dos mais importantes locais d'esta cidade um estabelecimento que urge ser arrasado e substituído por um jardim: - é o cemiterio de S. José. Fechado ha mais de dous annos, hoje representa um espectro que deve ser evitado á vista do publico. Provavelmente a presente lembrança horrorisará a muitos que la guardão como reliquias os restos mortaes de seos parentes e amigos, mas a hygiene publica julga inconveniente a permanencia de tal estabelecimento e para facilitar a retirada de taes reliquias lembra a idéa de ser dado pela Intendencia no cemiterio publico de S. João um lugar a todos que tenham direito ao repouso eterno no cemiterio de S. José por motivo de compra (AMAZONAS, 10/07/1893).

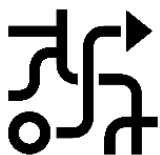
O Governador Eduardo Ribeiro, em cujo governo seria executada uma grande reforma urbana na capital (1892-1896), compartilhava da mesma ideia que a Inspetoria de Higiene Pública do Estado, como deixou registrado em mensagem do ano seguinte:

Penso, como o honrado inspector de Hygiene Publica, que o antigo cemiterio que está situado na face oeste da Estrada Epaminondas, em frente a praça da Saudade, deve ser transformado em um bello e confortavel jardim, removendo-se para o cemiterio municipal os mausoleos e restos mortaes que ali jazem (MENSAGEM, 10/07/1894, p. 29).

Ele conclui essa parte do documento afirmando que “E’ uma medida importante e que muito interessa a hygiene da capital” (MENSAGEM, 10/07/1894, p. 29). Em 1896 ele voltava a destacar os benefícios que essa medida traria para a capital: “Venho ainda esta vez solicitar-vos essa medida de alto valor que, alem de muitissimo concorrer para melhorar as condições sanitarias da capital, satisfaz as exigencias do seu plano de embellezamento” (MENSAGEM, 01/03/1896, p. 28).

Na época em que foi construído, entre 1856 e 1859, o Cemitério de São José estava localizado em uma região da cidade pouco habitada, distante dos bairros mais populosos, seguindo relativamente o modelo de cemitério *extra urbem*¹. Por volta de 1890, quando o terreno para a construção do Cemitério de São João Batista já havia sido adquirido, o Cemitério de São José já não tinha mais capacidade para receber enterros de forma

¹ - Fora da cidade.



regular. Além disso, dado o crescimento demográfico verificado na cidade, ele já se encontrava integrado à área urbana, representando um perigo à saúde pública.

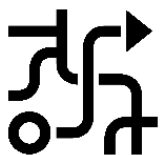
Além da preocupação com a saúde e o ambiente, os cemitérios públicos também eram parte de ambiciosos pacotes de obras modernizadoras que iam sendo implementados nas principais cidades brasileiras (MOTTA, 2010, p. 67). O Cemitério de São José era uma obra provincial há muito reclamada quando foi erguido. O Cemitério de São João Batista, por outro lado, surgiu no período em que as atividades econômicas ligadas à extração do látex começaram a proporcionar o aumento das rendas públicas, que foram maciçamente, em diferentes administrações, empregadas em grandes construções, entre elas, o cemitério. De acordo com a historiadora Edinea Mascarenhas Dias:

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e o belo (DIAS, 2007, p. 29).

Estas cidades, visadas comercialmente pelo capital estrangeiro entre os séculos XIX e XX, pólos irradiadores da vida administrativa, política e financeira de seus Estados, não poderiam mais conservar práticas tão antigas como o enterro nas igrejas ou improvisados em seus terrenos. Elas deveriam se apresentar saneadas e bem estruturadas. O historiador Otoni Moreira de Mesquita, ao analisar a reforma urbana da cidade de Manaus na virada do século XIX para o XX, registrou que

Grupos comprometidos com a indústria e com o comércio interferiam marcadamente nas decisões administrativas e no direcionamento das políticas públicas. A proposta de estabelecer uma civilização do progresso concorria para a introdução de novas tecnologias e para a adoção de novos equipamentos e serviços, cuja instalação por si só já provocavam grandes modificações no espaço urbano (MESQUITA, 2005, p. 65).

Surgiam, desta forma, novos espaços para se relacionar com a morte e os mortos. As visitas e romarias não ocorreriam mais no interior das igrejas. Os membros das elites não teriam mais uma posição de destaque ao serem enterrados próximos aos altares. Passariam a exprimir suas posições sociais e poderio econômico através de monumentos



funerários artisticamente construídos e decorados, fincados em quadras numeradas e em locais erguidos para esse fim.

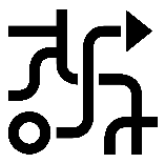
Vejam agora como surgiu e se desenvolveu a historiografia dos cemitérios brasileiros e, posteriormente, dos cemitérios amazonenses.

HISTORIOGRAFIA DOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS

No início da década de 1950, o historiador Gilberto de Mello Freyre foi possivelmente o primeiro autor brasileiro a refletir sobre o (s) sentido (s) dos cemitérios e de seus monumentos funerários. No prefácio da segunda edição de “Sobrados e Mucambos”, publicada em 1951, ele escreveu uma pequena introdução sobre o que viria a ser o seu último trabalho da série de estudos sobre a sociedade patriarcal: “Jazigos e covas rasas”. Assim como as obras anteriores, essa teria como base dois elementos antagônicos, duas unidades distintas, mas que se complementam, no caso, o jazigo e a cova rasa. Os locais de enterro eram extensões da vida patriarcal que continuava reproduzindo sua hierarquia na morte. Jazigo para o rico proprietário, para o burguês, para o bacharel, e cova rasa para os escravos, os pagãos e os pobres. Freyre afirma que “o homem morto ainda é, de certo modo, homem social” (FREYRE, 2013). O jazigo ou monumento, desta forma, se torna um reflexo da condição de vida do falecido e de sua família:

E, no caso de jazigo ou de monumento, o morto se torna expressão ou ostentação de poder, de prestígio, de riqueza dos sobreviventes, dos descendentes, dos parentes, dos filhos, da família. O túmulo patriarcal, o jazigo chamado perpétuo, ou de família, o que mais exprime é o esforço, às vezes pungente, de vencer o indivíduo a própria dissolução integrando-se na família, que se presume eterna através de filhos, netos, descendentes, pessoas do mesmo nome. E desse ponto de vista, o túmulo patriarcal é, de todas as formas de ocupação humana do espaço, a que representa maior esforço no sentido de permanência ou sobrevivência da família: aquela forma de ocupação de espaço cuja arquitetura, cuja escultura, cuja simbologia continuam e até aperfeiçoam a das casas-grandes e dos sobrados dos vivos, requintando-se, dentro de espaços imensamente menores que os ocupados por essas casas senhoriais, em desafios ao tempo (FREYRE, 2013).

Nessa luta pela perpetuação, pela sobrevivência além da finitude, são utilizados diferentes símbolos que traduzem as concepções de vida e de morte da sociedade em determinada época. No Brasil, registrou Freyre, eles ganharam “[...] a forma de imagens ou figuras de dragões, leões, anjos, corujas, folhas de palmeira ou de louro, santos, da própria Virgem, do próprio Cristo: símbolos de imortalidade” (FREYRE, 2013). Assim como



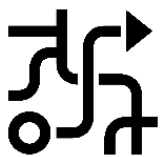
as casas grandes, os sobrados e as residências de classe média, os túmulos antigos, carregados de simbologias, estavam em processo de degradação. Estudá-los significava recuperar uma dimensão da sociedade brasileira, dimensão impressa no mármore, no bronze, na simples cruz fincada na terra. Infelizmente esse livro não foi publicado, mas essas breves reflexões são importantes para compreender os estudos que surgiram posteriormente.

Um dos primeiros estudos de peso sobre os cemitérios brasileiros foi o do médico e pesquisador da arte Clarival do Prado Valladares, intitulado “Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros”, publicado em dois volumes em 1972. Nesse trabalho de quase 1500 páginas, fruto de 10 anos de pesquisas, o autor empreendeu uma análise meticulosa sobre os cemitérios brasileiros e seus artefatos mortuários desde o período colonial, quando os locais de enterro eram as igrejas, suas catacumbas e seus arredores, até o surgimento dos campos santos secularizados construídos fora da área urbana por questões de higiene entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Estudou a arte cemiterial, as origens das obras de arte, os materiais empregados e suas simbologias, afirmando que até então o tema era tratado com certa indiferença: “O assunto era desprezível, normalmente rejeitado pelos estudiosos a não ser para fins de arrolamento de obras sempre em relação ao interesse de catalogação e biografia” (VALLADARES, 1972, p. 37).

A obra de Valladares abrangeu centenas de cemitérios brasileiros e milhares de obras de arte. Um ano após o lançamento, reconheceu algumas falhas causadas pela impossibilidade de realizar algumas viagens antes do fim da pesquisa:

Não teria deixado escapar a enorme construção comunitária dos edifícios dos Cemitérios de São Miguel e Almas, de Porto Alegre, que traduzem muito bem o caráter organizativo da sociedade a que servem. Nem teria escapado a pomposidade burguesa dos cemitérios de Belém, vicejantes no curso da riqueza da borracha, cercados de gradis ao invés de muros, para que a pompa dos túmulos custosos pudesse ser vista de longe... (VALLADARES, 1973, p. 10).

As pesquisas posteriores seguiram seu método de análise seriada, quantitativa e qualitativa, mas optaram por recortes cronológicos e geográficos mais restritos, destacando-se, em sua maioria, os cemitérios do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela renovação da pesquisa histórica no Brasil. O país passava pela redemocratização, cujo efeito se estendeu por



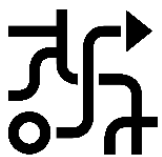
diferentes áreas. Abordagens e métodos tradicionais passaram a ser questionados e outros surgiram. No lugar de grandes personagens e generalizações, as massas, os trabalhadores, as mulheres – os excluídos da História - ganharam espaço. A História Social, História Cultural e a História das Mentalidades deram vazão a novos temas e objetos de estudo, sendo a morte e os mortos uns dos que mais ganharam destaque.

Philippe Ariès, Michel Vovelle e Edgar Morin são alguns dos principais referenciais teóricos.

Em 1988 o historiador Harry Rodrigues Bellomo apresentou ao Departamento de História da PUC-RS sua dissertação de mestrado intitulada “A estatuária funerária em Porto Alegre (1900/1950)”. Neste trabalho Bellomo mapeou as obras de arte presentes nos cemitérios gaúchos, propondo para a análise dessas obras três tipologias: arte cristã, arte alegórica e arte cívico-celebrativa. A tipologia cristã é marcada pela presença de símbolos religiosos como imagens sacras, crucifixos, cruzeiros etc., que indicam a religião dos falecidos e de seus familiares. A arte alegórica é caracterizada por símbolos e outros elementos que representam diferentes sentimentos e formas de pensamento. A arte cívico-celebrativa diz respeito aos monumentos funerários construídos para celebrar a memória de membros importantes de determinadas sociedades como políticos, militares e intelectuais. Bellomo destaca que a produção desses monumentos acompanhou o crescimento econômico e demográfico da capital gaúcha, e que

Durante o período que vai de 1900 a 1940 registrou-se uma notável expansão da estatuária em Porto Alegre, sendo de notar que em 1900 existia uma firma especializada em monumentos fúnebres e em 1930 este número tinha passado para seis. Das 7 firmas existentes em 1940, apenas uma surgiu após 1930 (BELLOMO, 2008, p. 26).

Em 1991 a historiadora Maria Elizia Borges defendeu sua tese de doutorado em Artes pela USP, “Arte Tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República”. A autora apresenta nesta pesquisa o cotidiano e a produção dos marmoristas da cidade de Ribeirão Preto entre 1890 e 1930. Com o crescimento econômico do Estado de São Paulo, grandes levas de imigrantes, sobretudo italianos, instalaram-se em diferentes cidades paulistas, sobrevivendo dos mesmos ofícios que tinham em sua terra natal. Um deles era o de marmorista. Esses artistas foram responsáveis pela construção de obras tumulares de diferentes dimensões e com diferentes simbologias, sacras e profanas (BORGES, 1991). De acordo com Borges,

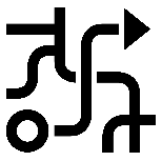


No período em questão (1900-1930), a arte tumular foi exuberante, com grande variedade temática, envolvendo a produção de inúmeros grupos de artistas-artesãos e firmas especializadas, que, em regra, viviam no anonimato. O seu universo cultural é dotado de valores próprios, que encerram em si uma iconografia repleta de representações estereotipadas. A escultura cemiterial interpretou repertórios estilísticos já cristalizados pela sociedade da época. Esses repertórios avançaram os limites uns dos outros, fundiram-se pela ação dos marmoristas e se popularizaram de forma democrática e sem conflito (BORGES, 1995, p. 92).

Maria Elizia Borges publicou, ainda na década de 1990, alguns artigos sobre arte tumular, tanto em revistas brasileiras quanto estrangeiras. Neles discutiu diferentes dimensões dessa área, como a já citada produção de marmoristas, as representações nas obras tumulares (BORGES, 1995) e a apropriação de obras clássicas como modelos por marmoristas e escultores (BORGES, 1997).

Ainda em 1991, o historiador João José Reis dedicou-se, no livro “A morte é uma festa”, à pesquisa de uma revolta ocorrida em Salvador-BA, em 1836. Conhecida como Revolta da Cemiterada, teve como causa o fim dos enterros tradicionais nas igrejas e seus arredores e a transferência destes para um cemitério público a céu aberto distante da área urbana. A população reagiu de forma violenta, destruindo o novo cemitério. Ao analisar esse fato, Reis esmiuçou as atitudes da sociedade brasileira do século XIX diante da morte, de seus ritos, de suas práticas funerárias e dos embates da época entre as autoridades públicas e médicos higienistas e dos setores da sociedade que desejavam a manutenção de suas práticas funerárias tradicionais. Vivia-se, em todo o Ocidente, um momento marcado pela ação médica sobre os costumes, de forma a civilizá-los. O que era considerado atrasado deveria ser eliminado. De acordo com o autor, “O enorme investimento material e espiritual no bem morrer, em particular o sepultamento, tornou-se objeto de crítica dos adeptos de uma outra visão da morte, a visão médica, que rapidamente ganhava corpo no Brasil na década de 1830” (REIS, 1991, p. 247).

No ano de 1994 a historiadora Tânia Andrade de Lima publicou o estudo “De morcegos e caveiras a cruces e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais)”. Lima, entendendo o cemitério como um espaço que reflete o mundo dos vivos, estudou cinco cemitérios do Rio de Janeiro e suas obras tumulares, identificando mudanças na reprodução de valores de distinção de classe, primeiro na sociedade cafeeira escravocrata e posteriormente na sociedade industrial republicana. Analisando de forma seriada túmulos e jazigos,



percebeu que a elite escravocrata fez grandes investimentos em artefatos mortuários no período de 1850 a 1888. Esse investimento diminui com a derrocada do Império, surgindo assim monumentos mais simples. Os símbolos escatológicos, ampulhetas, foices, corujas e morcegos desaparecem, dando lugar a cruzes, imagens sacras e livros. Essa simplicidade acompanha os primeiros anos da República, marcados pela instabilidade política (1889-1902). Entre 1903 e 1930, quando a economia brasileira é reestruturada, a elite volta a investir em túmulos suntuosos, feitos em mármore ou bronze, com figuras em estilo Art Nouveau e assinados por escultores renomados, de forma a atestar e perpetuar seu poderio econômico. Os cemitérios acompanham a dinâmica da cidade dos vivos, sendo da mesma forma atingidos pelas crises e crescimentos econômicos (LIMA, 1994).

No mesmo sentido de abordar mudanças nas práticas funerárias, a historiadora Claudia Rodrigues publica em 1997 o livro “Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro”. Claudia Rodrigues nos apresenta o cotidiano da morte no Rio de Janeiro do século XIX, a relação de proximidade entre vivos e mortos, os locais de enterramento destes últimos e as discussões levadas a cabo por médicos higienistas e autoridades públicas para sanear a cidade através da construção de cemitérios públicos e, dessa forma, encerrar os enterros eclesiásticos.

Na Corte, durante a primeira metade do século XIX, consolidava-se, portanto, entre as autoridades médicas e políticas e entre alguns elementos da população, o medo da contaminação dos vivos pelos cadáveres sepultados no interior das igrejas ou em cemitérios próximos às residências. Apesar de tudo, as medidas legais, que agiam no sentido de extirpar este medo justificável, a partir da criação de cemitérios públicos, não foram levadas a cabo (RODRIGUES, 1997, p. 103).

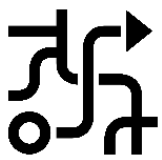
A relação de proximidade entre vivos e mortos começa a desmoronar, de fato, explica a historiadora, quando o Rio de Janeiro passa a ser atingido por graves epidemias na segunda metade do século XIX, que acabaram reforçando o discurso médico de distanciamento, higienização e construção de campos santos *extra muros*.

Os estudos cemiteriais ganharam grande impulso nos anos 2000. O professor Harry Rodrigues Bellomo organizou, em 2000, a obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia”. O trabalho conta com artigos de 20 historiadores, professores e alunos, sobre diferentes temáticas ligadas à pesquisa cemiterial no Rio Grande do Sul, como a produção estatutuária, o significado dos símbolos na arte funerária e as alegorias. (BELLOMO, op. cit.).

No ano de 2001 o arquiteto, urbanista e historiador Renato Cymbalista apresentou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo a Dissertação de Mestrado “Cidades dos Vivos – Arquitetura e Atitudes Perante a Morte nos Cemitérios Paulistas”. Cymbalista estudou os cemitérios de mais de 40 cidades de São Paulo, buscando suas origens, a ligação destes com o espaço urbano e as características de seus monumentos funerários, catalogando símbolos, formas e técnicas. No interior paulista ele encontrou túmulos e jazigos que reinterpretavam modelos clássicos da elite. Em síntese, as classes populares modificaram as formas e símbolos dos túmulos de pessoas abastadas. Dessa forma, os mais ricos sempre buscavam mudar a arquitetura de seus monumentos, buscando dessa forma manter as diferenças de classe (CYMBALISTA, 2001).

Em outras regiões, como o Nordeste, também surgiam pesquisas sobre cemitérios. Em 2003 o historiador Henrique Sérgio de Araújo Batista defendeu na UFCE a dissertação “Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério de São João Batista (1886-1915)”. Henrique Batista analisou o discurso médico que passou a criticar os enterros nas igrejas de Fortaleza, o processo para a construção do Cemitério de São João Batista e as formas como a elite passou a investir na arte tumular. Seu estudo das obras tumulares foi de caráter qualitativo, tendo sido escolhidas quatro sepulturas de membros da elite fortalezense, para as quais criou tipologias específicas: Monumento como Denúncia, Monumento como manifestação popular, Monumento como ensinamento e Monumento como Drama. Reavalia as divisões criadas por Tânia Andrade de Lima (1994), mostrando como certos marcos cronológicos podem ser insuficientes para a pesquisa de campo e a leitura dos monumentos fúnebres. “Nesse sentido, cabe frisar que não é possível delimitar rígidas fronteiras cronológicas na arte funerária, pois o surgimento de um estilo não enterra o outro” (BATISTA, 2003, p. 80). Além do espaço cemiterial, estudou também testamentos e inventários, esmiuçando as atitudes dessa sociedade diante da morte. De acordo com o autor, as classes abastadas encontraram maior liberdade criativa, a fim de perpetuar suas memórias, nos cemitérios a céu aberto, que ofereciam mais espaço para a construção de monumentos que as igrejas.

Em 19 de novembro de 2004 um grupo de pesquisadores reunidos no 1º Encontro sobre Cemitérios Brasileiros, realizado na USP e organizado pela historiadora Maria Elizia Borges, pelo geógrafo Eduardo Coelho e pelo Historiador Harry Rodrigues Bellomo, criaram a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), a primeira do gênero no



país. Essa associação reúne pesquisadores de diferentes áreas e desenvolve atividades como encontros bianuais e passeios guiados em cemitérios, além de possuir um site com informações e fotografias de vários cemitérios brasileiros. Faz parte da *Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales*².

A historiadora Érika Amorim da Silva defendeu na PUC-SP, em 2005, a Dissertação de Mestrado intitulada “O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)”. Nessa dissertação ela reconstrói o cotidiano da morte em Belém, analisando práticas funerárias e mudanças nas relações da sociedade belenense com a morte e os mortos, quando na segunda metade do século XIX os discursos higienistas penetraram no Grão-Pará fazendo com que os enterros nas igrejas passassem a ser proibidos e transferidos para cemitérios públicos. Como no Rio de Janeiro estudado por Claudia Rodrigues, as mudanças só se concretizaram com a chegada de uma epidemia de febre amarela, que culminou na construção do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em 1850. Érika Amorim também recupera as tensões que marcaram a secularização dos cemitérios, processo marcado por embates entre Estado e Clero (SILVA, 2005).

Claudia Rodrigues publicou em 2005 o livro “Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)”, vencedor do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa (RODRIGUES, 2005). A autora buscou identificar quando e como a sociedade carioca distanciou-se da morte e dos mortos. Para responder essa questão analisou testamentos, funerais e cemitérios. Ao analisar o primeiro grupo de fontes, percebeu que no século XVIII e parte do XIX havia uma maior preocupação com o destino da alma no pós-morte, sendo fixadas nos testamentos a quantidade de missas a serem rezadas e os santos a quem se pedia proteção. O poder da Igreja Católica sobre seus fiéis, nesse período, é incontestável. Ela cria uma pedagogia da boa morte, uma forma de se preparar para morrer da melhor forma. Ela acompanha as pessoas do nascimento à morte. No entanto, a partir da segunda metade do século XIX, com o avanço da ciência e a crítica aos modelos de sociedade, esse poder passa a ser questionado. Práticas e costumes como os enterros nas igrejas e os ritos fúnebres tradicionais passam a ser proibidos. A sociedade avança em direção à secularização, ao abandono de práticas arraigadas e familiares por muitos séculos.

² A ABEC. Disponível em: estudoscemiteriais.com.br/abec.

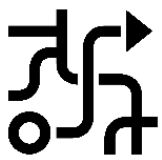
O historiador Thiago Nicolau de Araújo apresentou ao Departamento de História da PUC-RS, em 2006, a Dissertação de Mestrado *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Nessa pesquisa Thiago lançou diferentes pontos de vista sobre os cemitérios de Porto Alegre, buscando valorizar o cemitério como fonte de pesquisa histórica e elemento de identidade cultural. Diferente de outros trabalhos, em que a análise das obras é seriada, o autor lançou mão da análise qualitativa, selecionando 29 túmulos e os estudando conforme as tipologias criadas por Harry Rodrigues Bellomo. Além das obras de arte, analisou os epitáfios do Cemitério Luterano, de origem germânica, e percebeu como o espaço cemiterial guarda diferentes elementos de identidade, de pertencimento a determinado grupo (ARAÚJO, 2006).

Entre 2009 e 2014 o historiador e antropólogo Antonio Motta realizou importantes estudos sobre as formas tumulares e a sociabilidade presente nos cemitérios brasileiros do século XIX (MOTTA, 2009, 2014). Realocados os mortos para os cemitérios públicos, a população passou a desenvolver uma intensa sociabilidade, realizando romarias, visitas e convescotes nos Dias de Finados e aniversários de falecimento, tornando-os lugares de culto à memória familiar e cívica. Motta afirma que

A depender das circunstâncias, os parentes vivos geralmente buscavam se reconhecer nos túmulos enquanto produto de uma filiação, inscritos numa cadeia de gerações, portadores que eram de um mesmo nome de família. Assim, tendiam a considerar o patronímico como um patrimônio simbólico, aquele que efetivamente era capaz de unir os vivos e os mortos do mesmo grupo de filiação, assegurando a continuidade de uns pelos outros (MOTTA, 2010, p. 61).

Os artefatos tumulares e seus símbolos, destaca Motta, refletem os gostos estéticos, as visões de mundo e a personalidade dos mortos e de seus familiares. São anjos, obeliscos, jazigos, capelas, figuras femininas, bustos e outros elementos que compõem um rico cenário, ao lado dos ritos fúnebres do velório e do enterro, de afirmação de status e perpetuação de memórias.

Os cemitérios particulares também passaram a ser estudados, destacando-se os estudos do historiador Mauro Dillmann Tavares, que defendeu em 2013, na Unisinos, a Tese de Doutorado em História “Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX”. Dillman sustentou a hipótese de que a religiosidade foi extremamente importante para o desenvolvimento das práticas funerárias da Irmandade de São Miguel



e Almas, pois a crença nesse arcanjo era baseada na proteção e encaminhamento das almas do Purgatório para o Paraíso. Dessa forma, o cemitério da irmandade se diferenciava dos demais por conta dessa característica devocional. Desde o século XIX a instituição tentava erguer um cemitério próprio, conseguindo tal feito apenas em 1909. Enquanto os cemitérios públicos, no período da República, foram marcados pela secularização, a separação entre Igreja e Estado, o cemitério da irmandade, pelo caráter da associação, tornava-se visado pela elite católica de Porto Alegre e, “No século XX, a irmandade consolidaria seu diferencial, oferecendo atendimento fúnebre e sepultura aos seus irmãos e garantindo a manutenção da ritualística cristã direcionada à intercessão para salvação das almas” (DILLMANN, 2013, p. 54). Essa religiosidade se manifestava nos aniversários de falecimento, nas missas, nas comemorações do Dia de Finados e nas obras tumulares, que de forma alguma poderia conter símbolos e inscrições que ofendesse a religião católica.

Outra contribuição de um profissional da arquitetura e urbanismo foi a da arquiteta e urbanista Paula Andréa Caluff Rodrigues com a dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural “Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA”, apresentada ao IPHAN em 2014. Paula fez um levantamento dos monumentos funerários do Cemitério da Soledade, em Belém, no Pará, construído em 1850 durante uma epidemia de febre amarela. Ela apresentou os estilos arquitetônicos, os materiais empregados e os significados dos símbolos. Além da arquitetura, analisou a relação da população de Belém com esse histórico cemitério, tombado como Patrimônio Histórico pelo IPHAN em 1964, as formas de apropriação desse espaço e o culto aos santos populares, utilizando para essa parte da pesquisa a oralidade, realizando entrevistas com os frequentadores (RODRIGUES, 2014).

Nota-se, até esse ponto, o predomínio do eixo Sul Sudeste na produção de trabalhos sobre a História e a Arte presente nos cemitérios. Os trabalhos desenvolvidos em instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade do Estado de São Paulo tornaram-se referências essenciais para o surgimento de pesquisas em outras regiões, pesquisas essas que, em alguns casos, reavaliaram postulados formulados na década de 1990, como a rigidez cronológica sobre a arte funerária e o tipo de análise metodológica.

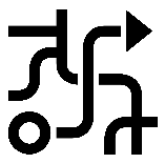
EXISTE UMA HISTORIOGRAFIA SOBRE OS CEMITÉRIOS AMAZONENSES?

E no Amazonas? Existe uma historiografia sobre os cemitérios amazonenses? Sim, existe. Ela está em pleno desenvolvimento. Dizer que não se produziu nada até o presente momento é uma conclusão precipitada. Sabe-se que no início do século XX o jornalista e historiador amazonense João Batista de Faria e Sousa produziu textos e um livro intitulado “Os cemitérios de Manaus” (DUARTE, 2014). Infelizmente a obra não foi encontrada em arquivos e bibliotecas, mas foram encontrados trechos do trabalho publicados no periódico *O Jornal* de 1968 na coluna do escritor André Jobim. Trata-se de um histórico detalhado do Cemitério de São João Batista de Manaus, inaugurado em 05 de abril de 1891. Nele João Batista de Faria e Sousa apresenta os fatores que levaram à sua construção, os primeiros enterros, as obras de expansão e melhoramentos até a década de 1920. Sobre as inumações, escreveu:

“No dia seguinte, 6 de Abril de 1891, realizou-se o primeiro enterramento no Cemitério de São João Batista – em sepultura comum, da menina Maria, de um ano de idade. Em sepulturas reservadas foram enterrados: no dia (sepultura n. 8) a menina Maria de 6 anos de idade, filha de Raimundo Nonato da Silva. No dia 15 (sepultura n. 14) a recém-nascida Joaquina, filha de Bernardo de Oliveira. No dia 19 (sepultura n. 21) o pranteado Jornalista e popular médico bahiano Dr. Aprígio Martins de Menezes” (FARIA E SOUSA apud JOBIM, 1968).

É um trabalho factual, sem análises dos artefatos tumulares, mas pioneiro nos estudos cemiteriais manauaras.

No suplemento da Revista *Redenção* de 02 de novembro de 1932, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis publicou o texto “Os que não morrem na gratidão dos amazônidas”. Nele o autor fala sobre três personalidades do Amazonas sepultadas no Cemitério de São João Batista: Eduardo Gonçalves Ribeiro, ex-Governador; Frederico José de Sant’Anna Nery, o Barão de Sant’Anna Nery, escritor; e Clementino José Pereira Guimarães, o Barão de Manaus, ex-Presidente da Província do Amazonas. Tecendo elogios aos três e denunciando o esquecimento a que poderiam ser relegados, faz um convite aos jovens amazonenses: “Porque os moços, que desejam lições no passado, não lhes estudam as vidas. E no dia de hoje, não lhes vão à necropole, numa visitaçãocomovedora e a denotar que já se forma um espírito nosso, voltado para o que é do patrimônio amazonense?” (REIS, 1932, pp. 09-10). Arthur Reis entende o Cemitério de São João Batista como um espaço cívico e pedagógico, onde o culto à memória dos grandes vultos fortaleceria a identidade amazonense.



Agnello Bittencourt, renomado geógrafo e historiador, no texto “Manaus – sua origem e desenvolvimento”, publicado em 1949 no Boletim Geográfico do IBGE, escreveu algumas notas sobre os cemitérios de Manaus. Ele registrou que os cemitérios primitivos, tanto de brancos quanto de índios, haviam desaparecido. O Cemitério dos Remédios, que se estendia por trás da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, foi fechado em 1856 durante uma epidemia de cólera (aqui o autor confunde-se com o real motivo da abertura desse cemitério, que foi uma epidemia de febre amarela). Para substituí-lo foi aberto o Cemitério de São José, “situado no limite sul da Praça da Saudade, e aberto nesse ano de 1856, foi fechado ao ser aberto o de S. Raimundo no bairro dêsse nome, e criado para atender aos óbitos oriundos de um surto de varíola que então grassou”. O Cemitério de São José foi demolido, “[...] e, no local, que se irrigara de tantas lágrimas, construiu-se a bela sede do Atlético Rio Negro Clube...”. Bittencourt afirma que “a atual necrópole de São João Batista foi aberta na gestão Lisboa, tendo sido o primeiro enterramento, nêle realizado, o do grande médico e jornalista Aprígio de Meneses” (BITTENCOURT, 1949), quando na verdade sua inauguração se deu em 1891, sendo apenas os melhoramentos realizados na administração municipal de Adolpho Lisboa, e Aprígio de Menezes não foi a primeira pessoa sepultada.

O historiador Ildefonso Pinheiro publicou em 1955, no Jornal do Commercio de Manaus, o texto “Apuizeiro Diabólico”, o primeiro encontrado em que o autor entende o Cemitério de São João Batista como um museu a céu aberto e expressa preocupação com o estado de conservação de seus monumentos funerários. De acordo com o autor, que escreve de forma romântica,

Esses mausoléus, seduzem pela harmonia de conjuntos, expressadas nestas pedras relicárias que evocam épocas; expostas ao sol e as chuvas e a tôdas as transformações atmosféricas, sob trovas ou clarões, de astros a resplandecer, numa sedução tôda espiritual para os que os admiram reverentes, com respeito e devoção (PINHEIRO, 1955, p.10).

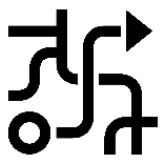
Ele dá o exemplo de dois monumentos que necessitavam de reparos urgentes, o mausoléu de D. Joana Monteiro Simpson, que “está fadado a desaparecer si, os poderes constituídos não tomarem as providências necessárias, mandando arrancar dali, um maldito apuí que, encravando-se sob tão valioso monumento está quase a destruí-lo, pela forma com que vão tomando corpo as suas raízes, na parte em que separa o anjo do túmulo”; e o da violinista Ária Ramos. Esses e outros monumentos

[...] reclamam as nossas atenções para mantê-los resplandentes, dando encanto e arte as vistas apreciadores do belo, para a glória dos vindouros, em prova de afeto, a simbolizar eternamente a poesia, a música, a arquitetura e tôdas as demais artes, que dignificam a vida, para o nosso bom Deus, que nos ilumina a alma, nesta trajetória, onde sentimos algo a despertar o nosso espírito para um sonho, onde encontramos o verdadeiro maná, a exortar o nosso espírito em versos como os do poeta Jonas da Silva sobre Iracema Santos, oferecido a seus pais” (PINHEIRO, 1955, p. 10).

Agnello Bittencourt, no livro “Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências”, trabalho memorialístico publicado em 1969, afirma que enquanto os brancos utilizavam o entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição para enterrar seus mortos, os índios, por sua vez, utilizavam “[...] a área que ia do Forte à atual rua Bernardo Ramos”. Quando a Praça Dom Pedro II foi reformada, na administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro, foram encontradas várias igaçabas, urnas funerárias indígenas, indicando que naquela praça ficava o núcleo do cemitério indígena, [...] naquele miracanguera dos aborígenes” (BITTENCOURT, 1969, pp. 32-33). Com o passar dos anos a cidade ganhou novos cemitérios, como o de São José, aberto em 1856 e antecedido pelo dos Remédios, e o de São Raimundo.

Para o Dia de Finados de 1972 o jornalista Leite Barbosa, do Jornal do Commercio, produziu uma interessante matéria sobre os túmulos do Cemitério de São João Batista. Assim como Ildefonso Pinheiro, Barbosa vê o espaço cemiterial como um museu cheio de obras de arte: “Hoje, dia de finados, muitos irão aos campos santos para reverenciar a memória dos entes queridos; no pesar e no respeito, não perceberão, por certo, algumas maravilhosas obras de artífices radicados em nossa cidade e outras importadas até de Carrara”. Ele destaca a autoria das obras, seus significados e seus proprietários. Conhecemos brevemente os túmulos de José Francisco e Luiz Pinho, heróis da Força Policial do Estado mortos no Bombardeio de 1910; o jazigo da família Chicre; o jazigo em forma de mesquita da família de Abdul Razac Hauache; os jazigos das famílias Cruz e Silva, feitos pelo escultor Geraldo Calima; o jazigo de Santa Etelvina, santa popular; o túmulo do advogado Salustiano Cavalcanti, assassinado em 1912; a quadra da Santa Casa de Misericórdia e seus membros ilustres como Eduardo Gonçalves Ribeiro, Silva Ramos, Bernardo Ramos, Leonardo Malcher e Barão de Sant’Anna Nery; e o túmulo da jovem violinista Ária Ramos, morta em 1915 (BARBOSA, 1972).

No início da década de 1990 o historiador Mário Ypiranga Monteiro queixava-se de que ninguém ainda havia demonstrado interesse em fazer um estudo acadêmico sobre os



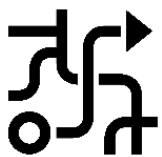
monumentos do Cemitério de São João Batista, para onde foram transferidos os monumentos do antigo Cemitério de São José, “[...] onde estavam sepultados os nossos avós, os teus avós, leitor, a velha geração de homens ilustres e de gente humilde que fez Manaus” (MONTEIRO, 1993, p. 07).

Em 2003 o historiador Robério Braga escreveu para a Série Memória, da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas, o texto “Os primeiros cemitérios de Manaus”, traçando um histórico dos cemitérios mais antigos da cidade, do século XVIII ao XX. Ele afirma, no início, que em 1792 existiam dois cemitérios indígenas em Manaus, um próximo a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e outro no bairro dos Remédios. Eram cemitérios, explica, sem nenhum tipo de organização. Depois dos cemitérios indígenas cita o Cemitério da Cruz ou dos Remédios, aberto em 1854 para dar fim aos enterros no largo da antiga Matriz, feitos de qualquer jeito e em covas rasas que deixavam partes dos cadáveres expostas aos transeuntes. Funcionou até 1856, quando foi aberto o Cemitério de São José, concluído em 1859. Passadas mais de três décadas, Manaus reclamava um novo campo santo:

Com o crescimento da população e a própria evolução social e política do Lugar, depois Vila e finalmente Cidade, todos os equipamentos urbanos iam reclamando modernização e ampliação, e já nos fins dos anos 80 do século XIX, era cogitada a construção de um novo cemitério que acabou sendo edificado com o fechamento do cemitério de São José, pelo bairro do Mocó, nas imediações da praça General Silva Telles, depois praça Chile. É o cemitério de São João Batista, na rua do major Gabriel, antiga estrada de São João, atual bairro de Adrianópolis que já pode ser visto em registro de levantamento da cidade no ano de 1893 e nos primeiros meses de 1900 estava totalmente cercado, para atender a uma necessidade de epidemia que grassava em Manaus (BRAGA, 2003, p. 03).

Existiam questões sanitárias contrárias ao novo cemitério pelo fato dele estar ao lado do Reservatório de Água do Mocó, mas este foi edificado no mesmo local, apesar dos protestos. Com o passar dos anos, foram surgindo, de forma clandestina, outros cemitérios na cidade, de forma a atender a expansão urbana verificada nas últimas décadas. Além do Cemitério de São João Batista, existiam os de Santa Helena, o de São Raimundo, o Cemitério Parque de Manaus e o Cemitério do Tarumã (BRAGA, 2003, p. 04)

Ainda nos anos 2000, a jornalista e pesquisadora Etelvina Garcia dedicou um capítulo de sua obra “Manaus, referências da História”, ao Cemitério de São João Batista. Trata-se de um breve histórico dessa necrópole, sem análise dos monumentos funerários.



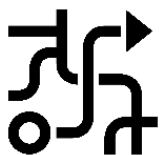
Analisando o conteúdo, percebe-se que ele é baseado no Relatório de 1922 do Superintendente Basílio Torreão Franco de Sá, que apresenta todas as obras realizadas nesse cemitério entre 1891 a 1922 (GARCIA, 2005).

No ano de 2008 os antropólogos Fabiane Vinente dos Santos e Jean Ricardo Ramos Maia realizaram um interessante estudo sobre o imaginário religioso e as canonizações de santos populares em Manaus. Foram analisadas, através de pesquisas de campo, com visitas realizadas principalmente no Dia de Finados, as devoções a cinco santos populares enterrados no Cemitério de São João Batista: Etelvina d' Alencar, Teresa Cristina, Delmo Campelo Pereira e o rabino Shalom Emanuel Muyal. Esse culto é de caráter popular, não reconhecido pela autoridade da Igreja Católica. Os autores registram que essas personagens se tornaram objeto de devoção popular por conta de suas trajetórias em vida, marcadas por grandes provações:

Os cultos parecem indicar um processo de identificação entre a vida de opressão e violência dos fiéis com a lenda que se forma em relação às histórias de vida dos “santos” populares. Por este motivo, a figura dos indivíduos considerados santos carrega consigo a contradições e conflitos existentes no contexto vivido pelos sujeitos que os constroem. Suas virtudes e atributos revelam elementos valorizados pela população devota, expressando o sentido místico das crenças populares locais (SANTOS; MAIA, 2008, p. 18).

Esse trabalho descortinou uma dimensão pouco abordada sobre os cemitérios brasileiros e os de Manaus, que é o imaginário religioso construído sobre as figuras dos santos populares. Nota-se aí o caráter interdisciplinar da pesquisa, que uniu a Antropologia à História.

Em 2009 a Geógrafa e Mestre em Educação Maria Terezinha da Rosa Cupper apresenta à Faculdade de Educação da UFAM o trabalho “Educação e cultura: leitura do Cemitério de São João Batista – Manaus/AM”. Nele “procurou-se argumentos que identificassem o Cemitério de São João Batista como um lugar educativo, onde se aprende a geografia, a história, arte e modo de vida, especificidades de linguagens, representações de mundo, de valores, de relações interpessoais e de criações cotidianas” (CUPPER, 2009, p. 18). Maria realizou, tendo como base teórica estudos geográficos sobre o espaço urbano e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), diferentes leituras sobre o Cemitério de São João Batista, compreendido como paisagem cultural e simbólica. Realizando pesquisas empíricas, atingiu os seguintes resultados:



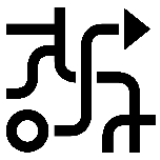
No estudo do meio, realizado no cemitério de São João Batista identificou-se “paisagens de aprendizagem”, estratégias que possibilitam a inserção do tema cemitério na educação. A maneira encontrada para instrumentalizar a proposta de estudo apontou para a utilização do ensino da Geografia (com as categorias próprias) e com a utilização dos Temas Transversais em específico a Pluralidade Cultural que, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, todos os Temas Transversais apontam para a interdisciplinaridade e transversalidade (CUPPER, 2009, pp. 109-110).

As informações contidas no Cemitério, nos seus artefatos e símbolos, em seu cotidiano, nas relações entre o público frequentador e seus funcionários e em suas manifestações culturais como o culto aos santos populares, possibilitam sua utilização, por diferentes áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas, como espaço de aprendizagem. São feitas algumas análises de obras tumulares, mas o foco da pesquisa, como dito anteriormente, são os usos educacionais do espaço cemiterial.

Em 2009 o empresário Durango Martins Duarte organizou o livro “Manaus entre o passado e o presente”, cuja produção contou com a colaboração de inúmeros pesquisadores. Nele temos a História das praças, dos monumentos, dos portos, das igrejas, das escolas públicas e particulares, das instituições de ensino superior, das bibliotecas, dos museus, dos hotéis e dos cinemas. Foi dedicado um capítulo aos cemitérios. Os textos são bem detalhados e ilustrados, sendo de maior destaque os dos cemitérios de São José (1856-1891), de São Raimundo (1888-1891) e de São João Batista. No total são apresentadas as origens de 13 campos santos, sendo 9 na zona urbana e 4 na zona rural (DUARTE, 2009).

A historiadora Carla Maria Oliveira Nagel publicou em 2011 no XXVI Simpósio Nacional de História o artigo “A Morte e o Morrer na ‘Paris dos Trópicos’”. Neste trabalho são analisadas as transformações das práticas funerárias em Manaus durante o apogeu da economia gomífera, quando a cidade passou por profundas transformações em sua fisionomia. O Cemitério de São João Batista foi fruto do discurso médico e modernizador, espaço utilizado pelas elites locais para se afirmarem enquanto tal. “Os mortos”, explica Nagel, “pesaram decisivamente na organização da cidade, quando geraram tensões, negociações, tornando-se indicadores do nível de urbanidade e civilidade, seja quando imprimiram-lhe um caráter científico seja quando imprimiram-lhe um caráter cívico” (NAGEL, 2011, p. 06).

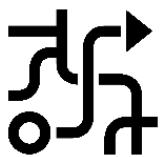
O arquiteto e urbanista Humberto Barata Neto publicou em 2012 o livro “Cemitério Municipal de São João”. É um pequeno trabalho com foco nas técnicas construtivas, de fundição e estilos arquitetônicos, sem análises detidas e profundas sobre as obras



tumulares e seus significados. O autor faz um apelo para que o poder público e a sociedade passem a valorizar os cemitérios, “transformando-os em espaços turísticos concorridos, contribuindo para a compreensão e perpetuação da nossa cultura e da nossa história” (BARATA NETO, 2012, p. 29).

No ano de 2017 o acadêmico de História Leonardo Pessoa Costa produziu a monografia “Os mortos e os mortos: o Cemitério São João Batista de Manaus e a constituição de sua identidade (1891-1928)”. Construído no período de expansão das atividades do sistema de produção gomífera, o Cemitério de São João Batista recebeu diversos melhoramentos entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, como a construção, em 1928, do Cemitério Judeu, no mesmo terreno mas independente e com administração própria. Nesse estudo Leonardo Pessoa Costa buscou evidenciar, através da análise da História do Cemitério, como este possui uma identidade marcada pelo elitismo, pela segregação entre classes e grupos religiosos. Enquanto empresários, políticos e intelectuais são sepultados com pompa em jazigos monumentais, verdadeiras obras de arte, os pobres, a classe trabalhadora, os anônimos, são sepultados em túmulos simples, feitos com materiais baratos (COSTA, 2017).

Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa, então acadêmico do curso de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), produziu um Projeto de Iniciação Científica sobre o Cemitério de São João Batista intitulado “Representações da morte: análise dos monumentos funerários dos cemitérios de São José e de São João Batista, em Manaus (1848-1960)”. Nele foram catalogados 150 túmulos e jazigos construídos entre 1865 e 1960. A partir desse levantamento foram qualificados os elementos simbólicos presentes nos túmulos, de forma a destacar a predominância de cada tipo (anjos, cruzes, bustos etc). Os túmulos mais destacados foram estudados de forma qualitativa (PEDROSA, 2020). Em 2021 apresentou ao curso a monografia “Os mortos e suas moradas na terra dos barés: o fim dos enterros nas igrejas e seus arredores e a construção do cemitério de São José, em Manaus (1848-1859)”. Trata-se de um estudo sobre como se deram as mudanças nas práticas funerárias na cidade de Manaus na segunda metade do século XIX. Nesse período os discursos médicos penetraram na região, sendo reforçados pelas graves epidemias que atingiram a capital entre os anos de 1855 e 1856, que culminaram na construção do Cemitério de São José (1856-1859), que marcou o início de uma nova forma da população manauara relacionar-se com a morte e os mortos (PEDROSA, 2021).



Uma dissertação de mestrado, como desejava Mário Ypiranga, foi publicada recentemente. A Geógrafa e Bacharela em Turismo Carla Mara Matos Aires Martins defendeu em 2021, na UEA (Universidade do Estado do Amazonas) a Dissertação de Mestrado em Letras e Artes intitulada “Representações na Cidade dos Mortos: Análise Iconográfica da Escultura Tumular em Manaus Durante o Período da Borracha”. Em sua pesquisa ela procurou analisar as esculturas do Cemitério de São João Batista tendo como base o método analítico do historiador e crítico de arte alemão Erwin Panofsky. Foram analisadas 67 esculturas produzidas entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, divididos nas seguintes categorias:

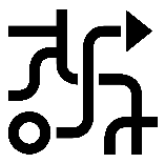
As categorias temáticas elencadas são: as obras que destacam Anjos (onde se inserem os anjinhos em grande número); Crianças (não representadas como anjos); Mulheres; e as Representações do Morto, esculturas que personificam a imagem da pessoa falecida, retratando-a tal qual era em vida. (MARTINS, 2021, p. 113).

A análise das obras de arte, segundo Panofsky, devem levar em conta três níveis de percepção: a descrição primária, de aspectos perceptíveis à primeira vista; a descrição secundária, de maior profundidade, em que são buscados os significados dos elementos identificados e o contexto de produção da obra; e por último, a iconologia, em que o observador busca os significados da obra, esmiuçando os referenciais, os conhecimentos e a origem de seu autor. Carla Mara conclui seu estudo afirmando que

As reflexões empreendidas sobre o objeto desta análise permitem confirmar a presença de um programa estético vinculado a valores socialmente vigentes no século XIX, sob a égide do projeto da Modernidade, no Cemitério Municipal de São João, numa Manaus que buscava interlocução com importantes parceiros externos, social, comercial e culturalmente (MARTINS, 2021, p. 303).

Ao longo da pesquisa ela dá atenção a outros aspectos, como o surgimento dos primeiros cemitérios da capital, do período Colonial ao Republicano; o cotidiano na cidade dos vivos, marcado, no final do século XIX e início do século XX, pela busca incansável pela modernidade, que terá os cemitérios extramuros como uma de suas marcas; os investimentos do município nas necrópoles; e os lucrativos negócios em torno da morte.

A pandemia de Covid-19, que no Amazonas causou a morte de mais de 15 mil pessoas entre 2020 e 2021, alterou profundamente as práticas funerárias. Pesquisadores das mais diferentes áreas, desde então, vêm se dedicando ao tema. A historiadora e arqueóloga Marília Oliveira Calazans, uma das organizadoras do livro “A pandemia e a

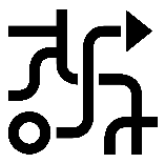


gestão das mortes e dos mortos”, analisa, no segundo capítulo, a vala comum aberta no Cemitério Tarumã, na zona Oeste da capital amazonense, no auge da doença. Valas são utilizadas em tempos de pandemias, guerras e ditaduras, quando os cemitérios ficam sobrecarregados. Representam, nesse contexto, a desolação e o pavor, pois são um impeditivo para a realização de ritos fúnebres que amenizam a dor da partida.

Um enterro de pessoas em uma vala comum, pois, viola o direito ao luto e às liturgias religiosas também porque a perda da individualidade e da referência espacial – para o rito e para a deposição do corpo da pessoa falecida – perverte a relação cerimoniosa que desenvolvemos com a morte. Valas comuns são marcas materiais que expressam o oposto do rito: a pressa, a abjeção, a violência e o esquecimento (CALAZANS, 2021, p. 25).

A historiografia amazonense sobre os cemitérios pode ser dividida em duas fases. A primeira pode ser chamada de introdutória. Ela vai do início do século XX, com a publicação dos textos e do livro de João Batista de Faria e Souza, até o início dos anos 2000, quando é publicado o livro da historiadora e jornalista Etelvina Norma Garcia, que possui um capítulo dedicado ao Cemitério de São João Batista. A maioria dos trabalhos dessa fase, escritos por historiadores, memorialistas e jornalistas, são introduções à História dos cemitérios da cidade, em especial os de São José e de São João Batista. A História destas necrópoles é apresentada de forma factual, cronológica, sendo destacados os fatores que motivaram suas aberturas, os primeiros enterros, as primeiras reformas e os túmulos e jazigos que mais se destacam. Existem, claro, algumas exceções, como os textos de Arthur Cezar Ferreira Reis (1932) e de Ildefonso Pinheiro (1955).

A segunda fase chamaremos de analítica, com a publicação de artigos, monografias, dissertações de Mestrado e livros. Ela tem início nos anos 2000 com o estudo dos antropólogos Fabiane Vinente dos Santos e Jean Ricardo Ramos Maia sobre os santos populares do Cemitério de São João Batista (2008), estando atualmente em pleno desenvolvimento com a publicação da dissertação ímpar de Carla Mara Matos Aires Martins (2021). Nos trabalhos dessa fase os pesquisadores preocuparam-se com diferentes aspectos dos cemitérios, mais uma vez com destaque para o Cemitério de São João Batista. Foram feitas pesquisas sobre a sociabilidade, a arquitetura, os usos educacionais que o espaço oferece, o processo de medicalização da morte, os simbolismos das obras tumulares e as diferenças de classe. Uma nova fase será inaugurada quando os pesquisadores começarem a dar atenção a outros campos santos,



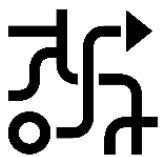
como os dos subúrbios e os do interior do Estado, à espera de terem suas histórias registradas, e sobre como estes foram impactados pela pandemia de Covid-19.

CONCLUSÃO

A historiografia brasileira sobre os cemitérios desenvolveu-se, inicialmente, nas regiões Sul e Sudeste. Os trabalhos desenvolvidos em instituições como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a Universidade do Estado de São Paulo entre as décadas de 1980 e 1990, sob influência da História Cultural e História das Mentalidades francesa, tornaram-se referências essenciais para o surgimento de pesquisas em outras regiões. Foram realizados estudos sobre a transferência dos enterros das igrejas para os cemitérios públicos, a influência das epidemias, as atitudes da sociedade diante da morte, o ofício dos marmoristas e as tipologias das obras tumulares e seus significados. Em 2004, mostrando a força dos estudos sobre os cemitérios do país, um grupo de pesquisadores criou a Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC).

A historiografia dos cemitérios amazonenses está em pleno processo de desenvolvimento. Entre o início do século XX e os anos 2000, historiadores, memorialistas e jornalistas publicaram trabalhos de síntese da História dos cemitérios, com destaque para os cemitérios de São José (1856-1891) e de São João Batista, ambos de Manaus. A História destas necrópoles foi apresentada de forma factual, cronológica, sendo destacados os fatores que motivaram suas aberturas, os primeiros enterros, as primeiras reformas e os túmulos e jazigos que mais se destacam por sua História e arquitetura. Existem, claro, algumas exceções, como os textos de Arthur Cezar Ferreira Reis (1932) e de Ildefonso Pinheiro (1955), em que são esboçadas análises mais profundas sobre os usos pedagógicos do espaço cemiterial e os significados das obras tumulares, respectivamente.

Dos anos 2000 até o presente momento, pesquisadores de diferentes áreas, geógrafos, historiadores, arquitetos e pedagogos buscaram ir além da síntese, preocupando-se com outros aspectos dos cemitérios. Mais uma vez o destaque foi dado ao Cemitério de São João Batista. Foram produzidos trabalhos sobre a sociabilidade, a arquitetura, os usos educacionais que o espaço oferece, o processo de medicalização da morte, os simbolismos das obras tumulares e as diferenças de classe. Destacamos a obra de Durango Martins Duarte (2009), em que foi dedicado um capítulo não apenas aos



cemitérios de São José e de São João Batista, mas também aos demais cemitérios das áreas urbana e rural da capital; e a dissertação de Carla Mara Matos Aires Martins (2021), com uma análise profunda e minuciosa sobre os túmulos e jazigos do Cemitério de São João Batista.

O predomínio do Cemitério de São João Batista em detrimento de outros cemitérios explica-se pelo fato que ele é o mais antigo da cidade em funcionamento, o que recebe, desde sua inauguração, os enterros de membros das elites política, econômica e intelectual amazonense, e que está em melhor estado de conservação. Nos próximos anos, ao que tudo indica, surgirão novas pesquisas detidas à análise dos artefatos fúnebres, seus símbolos e significados, estudos sobre outros campos santos da capital e também do interior do Estado, o funcionamento destes durante a pandemia de Covid-19, bem como trabalhos que busquem descortinar as atitudes da sociedade amazonense diante da morte.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe. *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Tradução de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1989.

ARAÚJO, Thiago Nicolau. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

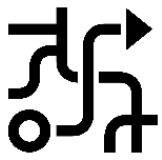
BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. 2º ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 23-39.

BORGES, Maria Elizia. *Arte tumular: a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República*. Tese de Doutorado (Artes), ECA/USP, 1991.

_____. Os artistas-artesãos e a escultura cemiterial em Ribeirão Preto. *Revista Italianística*, ano III, nº 3, p. 85-92, 1995.

_____. Arte Funerária: representação da criança despida. *História* (São Paulo), São Paulo. Ed. UNESP, v. 14, p. 173-187, 1995.

_____. Arte Funerária: apropriação da 'Pietà' pelos marmoristas e escultores contemporâneos. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS. Impresso), Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XXIII, n. 02, p. 15-28, 1997.



BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na Morte como na Vida: Arte e Sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BITTENCOURT, Agnello. *Manaus – sua origem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico – IBGE, v. 7, n. 76, p. 385-395, jul. 1949.

_____. *Fundação de Manaus – Pródromos e Sequências*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

BARBOSA, Leite. In Memoriam. *Jornal do Commercio*, 02/11/1972, caderno 2.

BRAGA, Robério. *Os primeiros cemitérios de Manaus*. Série Memória, SEC-AM, 2003.

BARATA NETO, Humberto D. F. *Cemitério Municipal de São João*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. Um século de Cólera: Itinerário do Medo. *Physis*. Revista de Saúde Coletiva, vol. 4, no. 1. p. 79-110, 1994.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos Vivos – Arquitetura e Atitudes Perante a Morte nos Cemitérios Paulistas*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU-USP, São Paulo, 2001.

CUPPER, Maria Terezinha da Rosa. *Educação e cultura: leitura do Cemitério de São João Batista – Manaus/AM*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

COSTA, Leonardo Pessoa. *Os mortos e os mortos: o Cemitério São João Batista de Manaus e a constituição de sua identidade (1891-1928)*. Monografia (Licenciatura em História) – UFAM, Manaus, 2017.

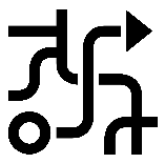
CALAZANS, Marília Oliveira. A vala comum de Tarumã e as marcas da exceção no Brasil. In: TELES, Edson; CALAZANS, Marília Oliveira (Orgs.). *A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos* [livro eletrônico]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo: Centro de Antropologia e Arquivologia Forense (CAAF), 2021, pp. 23-31.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 2º Ed, 2007.

DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2013.

DUARTE, Durango Martins. *Um historiador, alguns fatos inéditos e muitas histórias: uma homenagem a João Batista de Faria e Sousa*. Manaus: Mídia Ponto Comm Publicidade Ltda – EPP, 2014.

_____. *Manaus entre o passado e o presente*. Manaus: Ed. Mídia Ponto Comm, 2009.



FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. A Luta Contra os Cemitérios Públicos no Século XIX. *Ler História*, 30, 1996.

FREYRE, Gilberto. Introdução à 2ª edição. In: *Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 15ª ed. São Paulo: Global Editora, 2013.

GARCIA, Etelvina Norma. *Manaus, referências da História*. 2ª ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2005.

HERNÁNDEZ, M. H. O., e Lins, E. Á. Eds. *Iconografia: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.

JOBIM, André. Velhos Tempos. *O Jornal*, 30/06/1968.

LIMA, Tânia Andrade de. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade social). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Sr. V 2, p. 87-150, jan/dez 1994.

MOTTA, Antonio. *À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2009.

_____. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 2010.

_____. No território da morte: cenários, pompas e urbanidades nos cemitérios do Rio. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.8, 2014, p. 237-255.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2005.

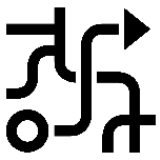
MONTEIRO, Mário Ypiranga. Notas à margem do JC de ontem. *Jornal do Commercio*, 30/05/1993.

MARTINS, Carla Mara Matos Aires. *Representações na Cidade dos Mortos: uma análise da escultura tumular em Manaus durante o período da borracha*. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes), UEA, Manaus, 2021.

NAGEL, C. M. O. A Morte e o Morrer na “Paris dos Trópicos”. In: SNH-2011 XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH-Associação Nacional de História*, 2011.

PINHEIRO, Ildelfonso. Apuizeiro diabólico. *Jornal do Commercio*, 06/02/1955, p. 10-10 (suplemento).

PEDROSA, Fábio Augusto de Carvalho. *Representações da morte: análise dos monumentos funerários dos cemitérios de São José e de São João Batista, em Manaus (1848-1960)*. Relatório Final. PIBIC-UFAM, 2020.



_____. *Os mortos e suas moradas na terra dos barés: o fim dos enterros nas igrejas e seus arredores e a construção do cemitério de São José, em Manaus (1848-1859)*. Monografia (Licenciatura em História) – UFAM, Manaus, 2021.

RODRIGUES, Claudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, VI (1): 53-80, mar-jun. 1999.

_____. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

_____. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. *Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Os que não morrem na gratidão dos amazônidas. *Revista Redempção*. Suplemento do dia 2 de novembro de 1932, p. 09-10. (Biblioteca Arthur Reis – CCPA).

SILVA, Érika Amorim da. *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Fabiane Vinente dos; MAIA, Jean Ricardo Ramos. Hagiografia de cemitério: história social e Imaginário religioso nas canonizações populares em Manaus. *Os Urbanitas* (São Paulo), v. 5, 2008.

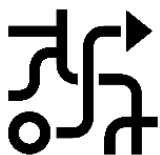
VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. 2 vols. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – MEC, 1972.

_____. *Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros*. Autocrítica. *Revista Brasileira de Cultura*, ano V, jan/mar. 1973, n° 15, p.09-16.

FONTES

Carta régia a Fernando José de Portugal, vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil no Rio de Janeiro, proibindo os sepultamentos nas igrejas e ordenando a construção de um ou mais cemitérios fora da cidade do Rio de Janeiro. 14 jan. 1801. Biblioteca digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/435993>. Acesso em 23/03/2021.

Lei Imperial de 01° de Outubro de 1828, art. 66, § 2.º: “Sobre o estabelecimento de cemeterios fóra do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade



ecclesiastica do lugar; sobre o esgotamento de pantanos, e qualquer estagnação de aguas infectas; sobre a economia e asseio dos curraes, e matadouros publicos, sobre a collocação de cortumes, sobre os depositos de immundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmospherá”. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html. Acesso em 31/07/2019.

Mensagem do Exm. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, em 10 de Julho de 1893.

Mensagem lida pelo Snr. Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao Congresso do Estado do Amazonas, em 10 de Julho de 1894.

Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em 1.º de Março de 1896 pelo Exm. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado do Amazonas.

Recebido em 09/02/2023

Aprovado em 04/07/2023